

Cristologia

a partir do Nazareno

Leonardo Boff

Precisamos de colocar numa perspectiva correcta a reflexão sobre a encarnação do Filho de Deus, senão confrontamo-nos imediatamente com um impasse sem perspectiva de encaminhamento.

❖ Encarnação como termo e não como começo da cristologia

A encarnação é o ponto de chegada, não o ponto de partida. É a culminância de todo o processo cristológico que começa bem em baixo com a pergunta que já as massas, tomadas de admiração e perplexidade, apresentavam: quem é esse? “Quem é esse que até os ventos e o mar lhe obedecem?” (Mt 8,27; Mc 4,41; Lc 8,25). A base de tudo é o impacto que o Jesus histórico produziu: a sua palavra com força, a sua gesta libertadora, a sua liberdade face à lei, a sua autoridade “soberana”, depois, a sua morte vergonhosa e a sua ressurreição gloriosa. Tais factos, especialmente a ressurreição, radicalizaram a pergunta que todos, apóstolos e discípulos, se planteavam: afinal quem é o Jesus que nós conhecemos e que “ouvimos e que vimos com os nossos olhos e que as nossas mãos tocaram” (1Jo 1,1)?

Os mais de cinquenta títulos atribuídos a Jesus, dos mais simples – como mestre, profeta, bom – até aos mais sublimes – como Filho de David, Filho do Homem, Filho de Deus, Salvador e Deus – visam dar

conta da perplexidade e das interrogações suscitadas nas comunidades. Num espaço de tempo de quarenta ou cinquenta anos após a sua morte e ressurreição, Jesus atraiu para si todos os títulos de honra e glória humanos e divinos que circulavam pelo Império Romano. A esse processo de decifração chamamos de cristologia ontem e hoje, processo ainda inacabado, pois não terminamos de entender cabalmente a realidade do Nazareno vivo, morto e ressuscitado.

Apraz-me utilizar o nome *Nazareno* para Jesus, não para determinar o lugar geográfico da sua casa, mas para indicar uma subtil intenção teológica presente já no evangelho de João. Para João, Nazaré era um lugar considerado desprezível (cf Jo 1,45-46; 6,42), terra onde vivem, segundo o preconceito da época, ignorantes que não conhecem a lei (cf. Jo 7,4), os obscuros e anónimos que não chamam a atenção a ninguém. Dizer que Jesus é Nazareno, como foi mostrado por F. Brandle (*Jesús Nazareno por que?* en *Cahiers de Joséphologie* 39,1991, 34-41) significa que Jesus é do mundo dos pobres e marginalizados, vive a situação de “carne” de cujo meio ele se origina. Ademais, os primeiros cristãos, inicialmente, eram chamados de “nazarenos”, nome que foi abandonado quando, em Antioquia, por volta do ano 43, os magistrados romanos que consideravam os seguidores de Jesus membros de uma seita judaica, começaram a chamá-los de cristãos (cf. At 11,26; 1Pd 4,16). Fazer cristologia a partir do Nazareno é fazer

crisologia não apenas a partir do homem tout court mas também de um determinado homem marcado pela pobreza e pela discriminação social, o Jesus histórico.

Sabemos que os três grupos culturais de cristãos – o palestinese, o judeo-cristão na diáspora e o cristão helenista – contribuíram com os seus respectivos títulos de exaltação para decifrar a misteriosidade que cercava a trajetória do Nazareno. Tudo culminou quando os cristãos helenistas ousadamente afirmaram que Jesus é o Salvador, o Filho Unigénito, a Cabeça do Cosmos e da Igreja e de Deus mesmo. Nenhum título de grandeza conseguia exaurir a riqueza de Jesus. Só mesmo chamando-o de Deus. No fundo pensaram: “humano assim como Jesus, só Deus mesmo”.

Importa ressaltar: tais títulos de alteza e até de divindade não visam fundamentar a soberania, a liberdade e a autoridade de Jesus mostradas na sua vida terrestre. Pelo contrário, querem explicar e dar as razões da autoridade, da liberdade e da soberania. Não são os títulos que lhe conferem essa autoridade. Mas a sua autoridade deu origem aos títulos. Nenhum deles conseguia traduzir a incomensurável riqueza humana de Jesus, da qual o evangelista João dá testemunho: “Nem o mundo inteiro poderia conter os livros que se deveriam escrever sobre ele” (Jo 21,25). Portanto, somente utilizando nomes divinos e atribuindo a Jesus a própria divindade, pôde dar-se uma resposta adequada à pergunta do homem de Nazaré: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mt 15, 15).

❖ Como combinar Deus e Homem no Nazareno?

Chamar um homem como Jesus de Deus cria um imenso problema para o pensamento. Que significa agora Deus? Que é o homem para se poder dizer que ele é Deus? Que quer dizer a união de ambos – de Deus e do homem – num ser histórico, nascido sob o imperador romano Augusto na imensa *romanae pacis maiestas*, crescido em Nazaré e crucificado em Jerusalém, irmão nosso, Jesus, o Nazareno? Tomar a afirmação “o homem Jesus é Deus” no seu sentido directo e raso constitui um paradoxo e até um escândalo para judeus e para todas as pessoas religiosas para as quais Deus excede infinitamente o homem, pois “habita numa luz inacessível! (1 Tm 6,16).

Por outro lado, a fé da comunidade originária testemunhou: o que seja Deus nós cristãos encontramos vivido e concretizado num homem, Jesus de Nazaré, na sua vida, na sua prática, na sua morte e na sua ressurreição. Complementariamente, o que seja homem, na sua radicalidade e verdadeira humanidade, nós o aprendemos meditando a vida humana de Jesus, o Nazareno.

Não é, portanto, da análise abstrata do que seja Deus e do que seja homem que nós entendemos quem é Jesus Homem-Deus. Mas foi convivendo, vendo, seguindo os seus passos e decifrando Jesus que viemos a conhecer Deus e o homem.

O Deus que em Jesus se revela é humano. O homem que em Jesus se revela é divino. Nisso reside a singularidade da experiência cristã de Deus e do homem. Homem e Deus estão intimamente implicados que não podemos mais falar do homem sem ter de falar de Deus e não podemos mais falar de Deus sem ter que falar também do homem.

Resumindo, podemos dizer: quanto mais homem era Jesus, mais Deus se revelava nele. Quanto mais Deus se relacionava com Jesus, mais se humanizava nele.

Como se hão de entender semelhantes afirmações que são verdadeiros paradoxos e difícil união de opostos? Ao falarmos de Jesus Cristo, devemos pensar sempre, conjunta e simultaneamente, em Deus e no homem. A unidade de ambos em Jesus é de tal ordem, que nem Deus nem o

homem perdem alguma coisa da sua essência e realidade. Eis a tese central, afirmada em forma de dogma, pelo Concílio de Calcedônia (451): “Um e o mesmo Jesus Cristo [...] é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem (...), subsistindo em duas naturezas, de forma inconfundível, imutável, indivisível e inseparável [...] concorrendo ambos para formar uma só pessoa ou subsistência”.

Essa fórmula não explica como Deus e o homem concorrem para formar um e o mesmo Jesus Cristo, apenas assegura os critérios que devem estar presentes em qualquer tipo de explicação: devem manter simultaneamente a humanidade completa e a divindade verdadeira de Jesus, sem comprometer a sua unidade fundamental.

O próprio Concílio, para exprimir tal verdade, utilizou o modelo cultural vigente de viés grego, empregando as palavras natureza e pessoa. Em Jesus vigoram duas naturezas, a humana e a divina, carregadas e suportadas pela única pessoa do Filho eterno, responsável pela unidade do único e mesmo Jesus Cristo. Como se dá, porém, essa unidade das naturezas através da Pessoa divina foi deixada em aberto pelos padres conciliares.

❖ O Nazareno: o Homem que é Deus e o Deus que é Homem

Essa abertura ao problema convoca a criatividade dos teólogos. Cada geração tentará inserir Jesus, Deus-Homem, dentro do contexto da vida para aí fazer a experiência da salvação que ele trouxe, não a partir de fora, mas sim a partir da sua própria humanidade. É, portanto, da sua humanidade que convém partir. Não de uma humanidade já categorizada e definida previamente. Mas da humanidade como foi vivida por Jesus.

Da sua vida aprendemos e da sua boca ouvimos que a existência tem que ser pró-existência, em prol dos outros e do Grande Outro (Deus). Pois Jesus viveu este modo de ser tão radicalmente, que nele se revelou o *novíssimus Adam* (cf. 1Cor 14,45). Era absolutamente aberto a todos, não discriminava ninguém, a ponto de dizer que, “se alguém vem a mim, não o mandarei embora” (Jo 6,37). Se era liberal face à lei, era exigente com referência ao amor incondicional. Particularmente com o Grande Outro,

Deus, cultivou uma relação de extrema intimidade, chamando-o de Abba, Papá querido (cf. Mc 14,36; Rm 8,15: Gl 4,6). Consequentemente ele mesmo se sentia seu Filho (cf. Mt 11,27 par: Mc 12,6 par. 13,52 par). Essa relação não traz nenhum resquício de um eventual complexo de Édipo mal realizado: ela é diáfana e transparente. Suplica, sim, ao Pai que o liberte da dor e da morte (cf. Mc 14,36 par: Jo 11,41-42), mas, mesmo aí, quer realizar não a sua vontade, mas sim a vontade do Pai (cf. Mc 14,36). A sua última palavra é de entrega serena: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito” (Lc 22,46). Ele entende-se totalmente a partir do Pai a ponto de dizer: “Eu e o Pai somos uma coisa só” (Jo 10,30). Pelo facto de se ter aberto e entregado totalmente ao Pai, não possuía aquilo que o Concílio de Calcedônia ensinou: faltava-lhe a “hipóstase”, a “pessoa”, a subsistência, o permanecer em si e para si mesmo. Ele era completamente vazio de si mesmo para poder estar repleto do Outro. Ele realizou-se totalmente no Outro, não sendo nada para si, mas tudo para os outros e para Deus. A falta de “personalidade”, no sentido antigo, não constituía falta, mas era a marca de Jesus. Não era imperfeição, mas a máxima perfeição.

O fazer-se vazio significa criar espaço interior para ser plenificado pelo outro. É saindo de si que o ser humano se constrói mais profundamente para si e fica em si; é dando que recebe e possui o seu ser. Por esta razão Jesus é o *ecce homo*: porque a sua radical humanidade foi conquistada,

não pela autárquica afirmação de si mesmo, mas sim pela entrega irrestrita do seu ser aos outros e ao Grande Outro: “Eu dou a minha vida pelas ovelhas” (Jo 10,15).

Quanto mais Jesus estava em Deus, mais Deus estava em Jesus. Quando mais o homem-Jesus estava em Deus, mais se divinizava. Quanto mais Deus estava em Jesus, mais se humanizava. Ora, o homem Jesus estava de tal forma em Deus que se identificou com ele (cf. Jo 10,30). Deus estava de tal forma no homem-Jesus, que se identificou com ele. Deus fez-se homem para que o homem se fizesse Deus.

Se alguém aceitar na fé que Jesus foi aquele homem bendito (*benedictus homo*), que de tal forma se pôde relacionar com Deus a ponto de se sentir seu filho e sentir-se um com ele; se alguém aceitar na fé que Deus de tal forma pôde esvaziar-se de si mesmo (cf. Fl 2,7) para plenificar a total abertura de Jesus, a ponto de se tornar ele mesmo homem, então aceita aquilo que os Pais da fé ensinaram no Concílio de Calcedônia: a unidade inconfundível e imutável, indivisível e inseparável de Deus e do homem num e no mesmo Jesus Cristo, ficando Deus sempre Deus e o homem radicalmente homem. Este professa a encarnação do Filho de Deus na nossa carne quente e mortal (cf. Jo 1,14).

A encarnação não deve ser pensada somente à luz do Nazareno, no seu modo de ser sárquico, participando das limitações da humana condição, mas deve ser contemplada à luz da Ressurreição, quando se revelou, na sua total paciência e transparência, o que se escondia em Jesus de Nazaré: a universal e máxima abertura para toda a realidade cósmica, humana e divina, a ponto de Paulo poder dizer: “Cristo é tudo em todas as coisas” (Cl 3,11).

Se Jesus é verdadeiramente nosso irmão, “em tudo igual a nós, menos no pecado” segundo as Escrituras e o Concílio de Calcedônia, então as afirmações feitas a respeito dele valem, de alguma forma, para cada um de nós. Todos participamos da sua encarnação. Detemos a *incarnatio diminuta* de que falam os Padres ou como diz belamente o Concílio Vaticano II: “Pela sua encarnação, o Filho de Deus uniu-se, de algum modo, a todo o homem” (*Gaudium et Spes*, n.22).